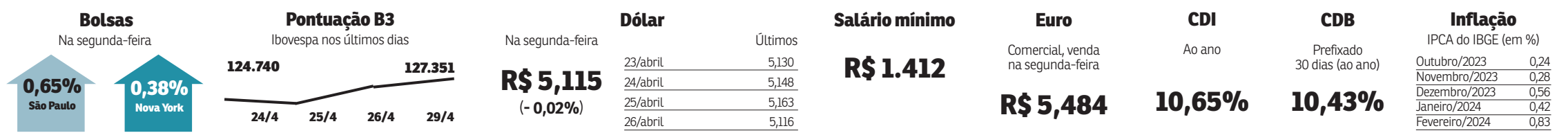




7 • Correio Braziliense — Brasília, terça-feira, 30 de abril de 2024



REFORMA TRIBUTÁRIA

IVA brasileiro pode ser o maior do mundo

Os riscos são maiores caso Arthur Lira divida a relatoria do projeto de regulamentação da reforma entre vários deputados

» ROSANA HESSEL
» RAFAELA GONÇALVES

Antes mesmo de tramitar no Congresso Nacional, o Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual sobre consumo, previsto na reforma tributária, já corre o risco de ter a maior alíquota do mundo, de acordo com especialistas, já que está estimada em 26,5%. Eles alertam que, se o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), resolver dividir a relatoria entre cinco ou seis deputados, como tem sinalizado, para dividir os holofotes entre apoiadores, as chances de isso ocorrer são maiores ainda.

Especialistas estão preocupados com a demora para Lira definir a relatoria, apesar de a equipe econômica do presidente Luiz Inácio Lula da Silva já ter sinalizado ser favorável ao nome do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), que foi o relator da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da reforma na Câmara, a PEC 45/2019. “O texto pode piorar, pois uma relatoria dividida com vários parlamentares, pode incluir aqueles que não necessariamente dominam e estão mais naturalizados com o tema, que é complexo por natureza”, alertou o especialista em contas públicas Gabriel Leal de Barros, economista-chefe da Ryo Asset e ex-diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI), do Senado Federal, em entrevista ao *Correio*.

Barros lembrou que o IVA brasileiro, resultado da combinação da Contribuição sobre Bens

e Serviços (CBS), do governo federal, e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de estados e municípios, será o segunda maior taxação sobre consumo dos países da Organização para Cooperação do Desenvolvimento Econômico (OCDE), o chamado “clube dos ricos”, integrado, atualmente, por 38 nações. “A alíquota média de 26,5%, marginalmente abaixo da Hungria, que tem a alíquota de IVA mais elevada do mundo, de 27%, tem como premissa um fator relevante: ganhos de conformidade, derivados da redução de evasão (sonegação) e elisão fiscal. Se a arrecadação é menor por conta das exceções, maior será a alíquota efetiva ao final da transição”, explicou.

Vale lembrar que o governo precisará aumentar a arrecadação se houver muita redução de impostos para vários setores com lobbies mais fortes no Congresso. Logo, a alíquota tende a aumentar se não houver contrapartidas para neutralizar o impacto das “benevolências” para um determinado grupo que vão onerar todo o resto.

Em evento organizado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), realizado, ontem, na capital paulista, o secretário extraordinário da reforma tributária do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, tentou demonstrar otimismo com a reforma e rebateu as críticas de que o sobre o alto patamar de partida do IVA nacional previsto no projeto de lei de regulamentação da reforma. “Se Deus quiser, a gente

consegue atingir uma alíquota menor do que os 26,5%, que divulgamos como estimativa, com base nas informações que temos hoje”, disse. Na avaliação dele, a reforma reduzirá a sonegação e a inadimplência, o que possibilitará cobrar uma alíquota menor do que a carga tributária atual: “A alíquota média, em relação ao que tem hoje, vai ser certamente menor”, afirmou o secretário.

De acordo com fontes próximas a Lira, o parlamentar não pretende permitir que esse novo imposto sobre consumo aumente ainda mais. “E alíquota maior depende das isenções concedidas a setores e ele sempre alerta sobre isso”, afirmou um assessor parlamentar.

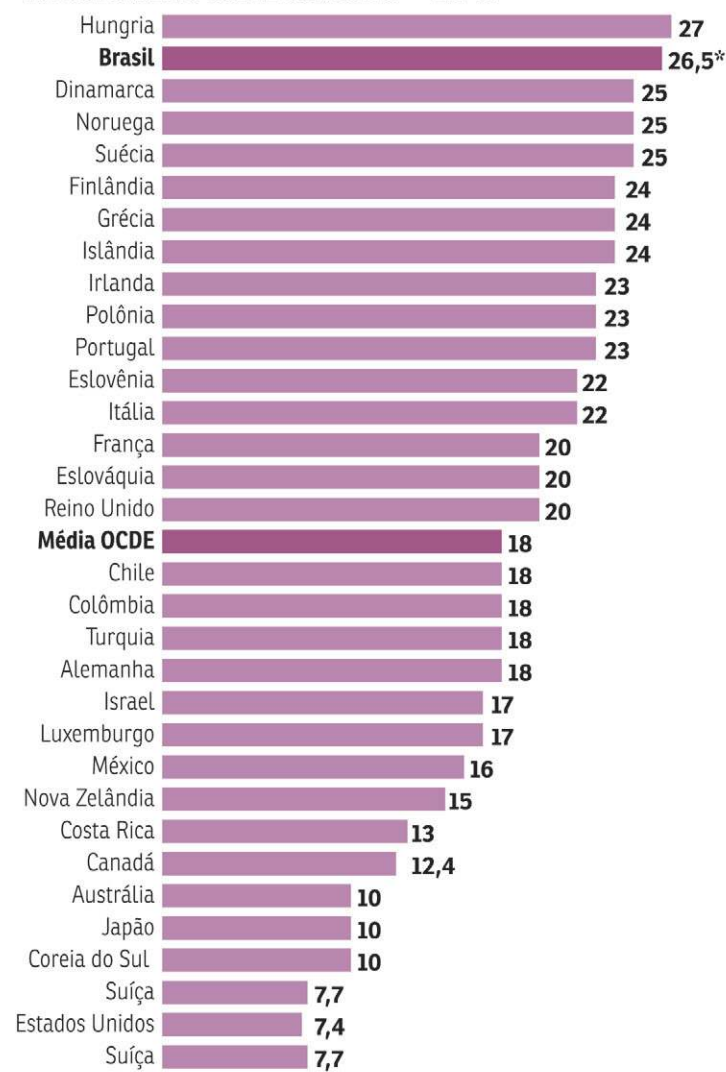
O governo sugeriu imposto zero para 15 produtos da cesta básica, como arroz, feijão, farinha, leite, açúcar e margarina. Outra lista teria redução de 60%, incluindo sal, carnes bovinas, suínas e de peixe. O imposto pago voltaria parcialmente para as famílias de baixa renda com renda per capita de até meio salário mínimo (R\$ 706), o chamado “cashback”.

A bancada ruralista já se posicionou contra o mecanismo de desconto proposto pelo governo e sinalizou que tentará reverter o dispositivo, além de defender a inclusão de mais produtos na cesta básica. A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) defendeu, em nota, a desoneração de mais produtos na cesta, sem a existência de cashback, ou seja, mais isenções tendem a aumentar inevitavelmente a alíquota.

No topo

Novo IVA sobre consumo, previsto na reforma tributária, de alíquota média de 26,5%, só não será maior do que o da Hungria, entre os países da OCDE

IMPOSTO MÉDIO SOBRE CONSUMO — EM %



*Não tem imposto federal
**Média das alíquotas do IVA dual, previsto na reforma tributária, incluindo a CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), do governo federal, e o IBS (Imposto sobre Consumo)

Contas no vermelho

» RAFAELA GONÇALVES

As contas do governo central, que reúnem Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central, registraram um déficit primário de R\$ 1,5 bilhão em março. Segundo o balanço, divulgado ontem, o resultado foi melhor do que a mediana das expectativas da pesquisa Prisma Fiscal do Ministério da Fazenda, que indicava um déficit primário de R\$ 5,1 bilhões.

Apesar de negativo, o resultado é o melhor para o mês desde março de 2021, quando houve superavit de R\$ 2,468 bilhões, em valores corrigidos pela inflação. No mês passado, o Tesouro e o Banco Central apresentaram superavit de R\$ 20 bilhões, enquanto a Previdência Social registrou déficit de R\$ 21,5 bilhões.

O secretário do Tesouro, Rogério Ceron, destacou que o montante de despesas com a Previdência é um tema que precisa de um “acompanhamento constante” e sinalizou que o governo pode lançar novas medidas para conter os gastos previdenciários.

“O cenário das despesas previdenciárias ainda demanda cuidado e atenção, e, eventualmente, medidas que permitam que a dinâmica dessa despesa tenha um crescimento compatível com a sustentabilidade fiscal de médio e longo prazo”, disse o secretário.



RAUL VELLOSO

O “BURACO” FINANCEIRO QUE TEMOS PELA FRENTE É MUITO MAIOR DO QUE SE PENSA, NÃO SÓ NA UNIÃO, MAS TAMBÉM EM TODAS AS DEMAIS ESFERAS DE GOVERNO, COM DESTAQUE PARA O GIGANTESCO PROBLEMA PREVIDENCIÁRIO MUNICIPAL. DO OUTRO LADO, SITUA-SE A EXAUSTÃO DO ESPAÇO ORÇAMENTÁRIO PARA OS DEMAIS USOS DISCRICIONÁRIOS

Ajustar as previdências e manter as desonerações

Nossa situação macroeconômica mostra tendência bastante complicada à frente, porque, há vários anos, em contraposição à desabada dos hoje diminutos investimentos públicos em infraestrutura em termos históricos, a taxa de crescimento do PIB vem oscilando sistematicamente em torno de apenas 1,2% a.a., ante uma média histórica bem mais elevada (8,8% a.a. nos anos 70, por exemplo), sem que se perceba isso com clareza nem se construam os caminhos capazes de nos livrar desse resultado pouco atrativo.

As autoridades econômicas se preocupam mais em acalmar os mercados via promessas de resultados fiscais de curto prazo tidos como minimamente razoáveis, embora cada vez menos críveis, sem tratar do que ocorre com variáveis realmente relevantes como as acima citadas, e mirando outro tipo

de plateia. Na verdade, o que deveria realmente interessar seria termos uma estratégia crível de retomada do crescimento econômico com inflação sob efetivo controle que convencesse a todos.

O que um exame cuidadoso dos dados revela é que a redução do espaço orçamentário para investir coincide com a disparada dos gastos na previdência pública, e isso se mostra com maior força ainda quando se examinam as estatísticas financeiras municipais.

De 2006 a 2018, por exemplo, os gastos previdenciários do conjunto dos municípios cresceram à média real de 12,5%, enquanto essa mesma taxa se situava em 5,9% nos estados, 5,1% no Regime Geral de Previdência e 3,1% nos Regimes Próprios. Enquanto isso, os investimentos governamentais consolidados em infraestrutura em fase similar desabavam a

5,4% a.a. médios. Daí o precário desempenho do PIB e do emprego.

Isso significa que o governo tem de mudar o foco de sua ação na área econômica. Em vez de construir instrumentos pouco eficazes tipo arcabouço fiscal, precisa, antes de mais nada, mostrar às pessoas que ele tem um diagnóstico adequado para resolver os principais problemas do país, primeiro em uma visão ampla e atualizada, e, depois, com bastante precisão nos detalhes.

Esse diagnóstico precisa estar centrado na indicação de que o principal problema são os elevados passivos atuariais, notadamente nos municípios, que precisam ser urgentemente equacionados ou zerados. No tocante à União, o governo precisa indicar que tem conhecimento de que o peso do item previdência nos gastos não-financeiros totais passou de

19,2% para não menos do que 51,8%, em apenas 34 anos, de 1987 a 2021 — um total absurdo. Esse peso precisa ser reduzido urgentemente.

O tema se presta a uma discussão bem mais ampla, que pretendo manter viva neste espaço, ao tempo que chamarei a atenção para pontos em destaque tipicamente relevantes em relação ao que acontece no curto prazo, como a posição que tenho defendido de que acabar as desonerações é um erro crasso que estamos cometendo.

Em cima da apresentação, pelo governo, de uma lei de diretrizes orçamentárias federais com projeções de resultados fiscais mais pessimistas para 2025, acaba de sair a notícia de uma liminar do ministro Zanin, do STF, sabidamente aliado de Lula, em que, para compensar isso pelo lado do aumento das receitas explícitas ou

implícitas, se ameaça jogar por terra a desoneração de temos pela frente de 17 setores da economia. Isso deixaria os segmentos até agora por ela beneficiados “a ver navios”, e confirmaria a preferência nem sempre revelada e vigente desde o início do atual governo de se adotar uma política de ajuste fiscal voltada não diretamente para o controle de gastos, mas, sim, para resolver os problemas basicamente pelo lado das receitas, o que acaba não sendo a melhor saída, principalmente quando o problema fiscal é da dimensão do nosso.

Aqui, cabe ressaltar que o “buraco” financeiro que temos pela frente é muito maior do que se pensa, conforme se mostrou acima, não só na União, mas também em todas as demais esferas de governo, com destaque para o gigantesco problema previdenciário municipal. E, do

outro lado, se situa a exaustão do espaço orçamentário para os demais usos discricionários (notadamente os investimentos em infraestrutura), devido à subida do dispêndio previdenciário.

Nessas condições, se nada for feito para conter esse processo, a tendência natural será de os investimentos brevemente zerarem na maioria dos entes, sendo daí apenas um passo para o crescimento nulo do PIB, e, eventualmente, até negativo. (No caso extremo dos municípios, o que se sabe, hoje, é que, pela via da suspensão de pagamentos críticos, há uma dívida informal nova da ordem de R\$ 500 bilhões, que foi acumulada mais recentemente junto à Justiça — com precatórios —, junto ao Regime Geral e aos Regimes Próprios de Previdência, por conta da suspensão do pagamento de contribuições e outros).